

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.680 - SP (2019/0128298-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : RITA DE CÁSSIA DEPAULI KOVALSKI - SP103599
ADERVAL PEDRO DANTAS - SP281595
AGRAVADO : LENNY MARINA MAFFEIS PADUAN ARAUJO E SILVA
ADVOGADO : JULIANO MARTINS - PR035091

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 16798-9/1998/DF. LEGITIMIDADE ATIVA DE NÃO ASSOCIADO. MATÉRIA AFETADA SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS (PROAFR NO RESP Nº 1.438.263/SP, REL. MINISTRO RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO). SUSPENSÃO DO FEITO. INAPLICABILIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO NCPC QUE NÃO SE VERIFICA. LEGITIMIDADE ATIVA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO FIRMADO NO JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO. ALTERAÇÃO DO JULGADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

LENNY MARINA MAFFEIS PADUAN ARAUJO E SILVA (LENNY) manejou cumprimento individual de sentença coletiva proferida na ação civil pública nº 16798-9/1998/DF ajuizada pelo IDEC contra o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL), com vistas a obtenção de diferenças de correção monetária incidentes sobre os depósitos em cadernetas de poupança.

O Juízo de 1º Grau, entendendo a necessidade de liquidação, determinou a anulação, de ofício, da execução.

A apelação interposta por LENNY foi provida pelo Desembargador Relator para o fim de desconstituir a sentença e determinar o regular seguimento do feito.

O agravo interno interposto pelo BANCO DO BRASIL não foi provido pelo Tribunal bandeirante em acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO - Prescindibilidade da prévia liquidação do julgado - Decisão proferida em consonância com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça - Inteligência do parágrafo 1º-A, do artigo 557 do Código de Processo Civil de 1973, vigente na data da prolação da r. decisão objeto da apelação - Recurso improvido (e-STJ, fl. 215).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 231/235).

Irresignado, o BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 219, 475-A, 475-B, 475-E, 475-J e 535 do CPC/73, 489, § 1º, e 1.022, II, do NCPC, 397, 405, 407 e 884 do CC/02, 2ª-A da Lei nº 9.494/97, 16 da Lei nº 7.347/85, 7º da Lei nº 8.660/93 e 1º da Lei nº 6.899/81, ao sustentar (1) que a questão relativa a legitimidade do não associado para o cumprimento individual de sentença proferida em ação coletiva ajuizada por associação está afetada para julgamento sob o rito do repetitivo, devendo assim permanecer o feito suspenso; (2) omissão no julgado; (3) ilegitimidade ativa de não associado para o cumprimento de sentença; (4) que a sentença proferida na ação civil pública faz coisa julgada *erga omnes* nos limites da competência territorial do órgão prolator; (5) necessidade de liquidação do julgado; (6) que a atualização das diferenças somente poderia ser feita de acordo com os índices oficiais aplicados às cadernetas de poupança; e (7) os juros de mora teria incidência a partir da citação na fase de cumprimento de sentença.

O recurso não foi admitido ante a incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 293/295).

Nas razões do agravo, o BANCO DO BRASIL alega que o recurso preencheu todos os requisitos de admissibilidade, devendo ele ser conhecido, e que não é necessário o reexame do conjunto probatório dos autos (e-STJ, fls. 303/310).

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Suspensão do processo

BANCO DO BRASIL alegou que a questão relativa a legitimidade do não associado para o cumprimento individual de sentença proferida em ação coletiva ajuizada por associação está afetada para julgamento sob o rito do repetitivo, devendo assim permanecer o feito suspenso.

Ocorre, porém, que o Ministro RAUL ARAÚJO, Relator do REsp nº 1.438.263/SP, após afetação do tem em testilha ao rito dos recursos especiais repetitivos, determinou que a suspensão dos feitos correlatos imposta como consequência de referida afetação não abrangeria as execuções das sentenças proferidas nas ações civis públicas ajuizadas pela APADECO contra o BANESTADO (ACP nº 38.765/1998/PR) e pelo IDEC contra o BANCO DO BRASIL (ACP nº 16798-9/1998/DF).

Incabível, portanto, a suspensão pretendida.

(2) Omissão no julgado

Não há falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal bandeirantes decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte.

(3) Ilegitimidade ativa de não associado

O BANCO DO BRASIL afirmou a ilegitimidade ativa da recorrida para executar o título em questão, tendo em vista a ausência de comprovação da condição de associados ao IDEC, à época da propositura da ação coletiva.

A Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento, nos moldes dos Recursos Repetitivos, Temas nºs 723 e 724, no sentido de que a sentença proferida na Ação Civil Pública n.º 1998.01.1.016798-9 se aplica indistintamente a todos os correntistas do Banco do Brasil detentores de caderneta de poupança com vencimento em janeiro de 1989. Confira-se a ementa do julgado:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE OBJETIVO

E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal; b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 1.391.198/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 02/09/2014)

Nesse ponto, portanto, não merece reparos o acórdão recorrido.

(4, 6 e 7) Demais questões

As alegações de que a sentença proferida na ação civil pública faz coisa julgada *erga omnes* nos limites da competência territorial do órgão prolator, a atualização das diferenças somente poderia ser feita de acordo com os índices oficiais aplicados às cadernetas de poupança e os juros de mora teria incidência a partir da citação na fase de cumprimento de sentença, não foram objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco foram suscitadas nos embargos de declaração opostos para suprir eventual omissão.

Ausento o prequestionamento, obstaculizada está o conhecimento do recurso especial no ponto, ante o óbice das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

(5) Liquidação do julgado

O Tribunal Estadual afirmou que não há a necessidade de se proceder a liquidação por arbitramento ou por artigos do julgado, sendo suficiente a mera realização de cálculos aritméticos, não é possível afirmar o contrário sem revisar fatos e provas. Incide, assim, a Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido, veja-se precedente:

CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESTITUIÇÃO DE RESERVA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCIDÊNCIA. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. O Enunciado n. 289 da Súmula do STJ determina que "a restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda".

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem se baseou nos fatos e nas provas dos autos para concluir pela desnecessidade de liquidação por arbitramento.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 477.827/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 23/8/2016)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator